

INTRODUÇÃO

Muito se escreveu, e ainda está sendo escrito, sobre o conflito mais letal, do ponto de vista do potencial bélico destrutivo, que foi a Segunda Grande Guerra. É comum assistirmos filmes, documentário, ou outros meios midiáticos sobre este tema. Abre-se, assim, uma possibilidade incalculável de interpretações e definições dos vários fatores que compuseram esta guerra.

No entanto, partindo da rigorosidade da análise científica muito do que se afirma acaba não sendo passível de veracidade. Cabe, dessa forma, ao historiador decifrar essas possíveis verdades, ou estabelecer outras tantas que por ventura venham a ser detectadas, ao longo de seus esforços de leitura e de análise.

Seguindo esta linha de raciocínio, tem-se o caso dos combatentes de guerra. Na sua maioria jovens, advindos das várias regiões do planeta e que pretendiam ganhar a guerra e voltar com vida para suas casas. Essas características poderiam ser identificadas tanto nos países aliados, E.U.A., Inglaterra, França, URSS, quanto nos países que formavam o Eixo, ou seja, Alemanha, Itália e Japão.

Para entendermos melhor a participação desses combatentes é preciso analisar, principalmente os aspectos que serviram de base para sua formação identitária, como o estudo do lugar ou das relações sociais, políticas e econômicas que iriam influenciar na sua concepção de mundo.

Sendo, por isso, que iremos fazer, neste artigo, uma sucinta reflexão sobre a II Guerra Mundial, analisando estas relações dentro de um contexto geral, mas sempre focando a participação dos pracinhas alagoanos, direta ou indiretamente, no Conflito, para, assim, aumentar o já gigantesco volume de publicações sobre este episódio da nossa história, que apesar de extenso, ainda se tem muitas lacunas a serem preenchidas. Espero esta contribuindo com este artigo, no que diz respeito à construção de nossa história, que, resumidamente, é tão difícil de ser escrita.

UM OUTRO OLHAR NA HISTÓRIA.

Na tentativa de avançar na pesquisa sobre a participação dos pracinhas alagoanos nesse conflito mundial e de introduzir novos elementos no debate acadêmico sobre o tema, um dado especial ganhou relevância. O registro do General Mascarenhas de Moraes (2005, p. 313), que demonstra a quantidade de combatentes do estado de Alagoas e a porcentagem desse grupo em relação à de outros estados da federação.

Por meio desse registro, verifica-se que apesar do número de combatentes do estado supracitado ter sido pequeno, contudo, analisado proporcionalmente ao número de ex-combatentes dos outros estados, tem-se um contingente relevante que merece uma análise mais detalhada e um estudo mais pormenorizado por parte daqueles que se interessam pelo tema.

Alagoas tinha, no período, uma das menores populações do país. Tendo, por isso, que se levar em conta não só a disparidade do número de convocados dos estados populosos, como era o caso de São Paulo, Estado do Rio ou do Rio Grande do Sul. Mas, a sua superioridade em relação ao Piauí ou ao Amazonas, que eram de certa forma iguais, proporcionalmente, quanto à questão populacional. Não podendo se esquecer, da relevância do contingente qualitativo em detrimento do quantitativo, que é de certa forma a verdadeira base para qualquer exército em formação e cheio de dificuldades como era o Exército Brasileiro.

De antemão, sabe-se que o governo federal à época, disputava a paixão popular com interesses políticos externos. O Governo Vargas precisava ecoar por todo o país a sua posição de colaborador e partícipe direto da derrota dos países do Eixo, que àquela altura já haviam demonstrado a sua fragilidade em comparação às forças aliadas.

Houve, dessa forma, uma exaltação apenas da colaboração dos estados do sudeste, com o escopo de atrair, dentre outros motivos, a simpatia dos populares daquela região, que representava o maior contingente urbano e eleitoral do país. Os estados das outras regiões não tiveram o mesmo tratamento pelo Governo Federal, principalmente pelo seu baixo desenvolvimento econômico e político, sem deixar de registrar, o seu aspecto social inferiorizado e discriminado pelas elites governamentais.

Uma das grandes inverdades do mundo é o pensamento de que a história representa algo pronto e acabado. Como se algo não fosse passível de uma nova interpretação, ou de uma nova visão, desencadeada por um estudo mais minucioso e preciso a despeito do tema.

A II Grande Guerra, ratificando, pode ser tida como um dos assuntos mais estudados e mais discutidos do mundo. A trajetória dos seus acontecimentos, bem como as ideias de seus protagonistas, desperta um fascínio tão grande nas pessoas que poderia ser comparada ao tamanho de suas consequências devastadoras. Não se esquecendo de que ela foi, até hoje, a maior de todas as guerras, levando-se em consideração o arsenal bélico utilizado pelos beligerantes no conflito à época.

Dessa forma, mesmo com as análises já aprofundadas e produzidas sobre a 2ª Guerra, ainda assim, ela pode ser revista. Pois, é da essência da História a constante reestruturação dos fatos. A máxima de que contra fatos não há argumentos, não pode ser levada ao pé da letra. A prova disso é a questão de você não ter uma única verdade sobre os fatos. Estes poderão ter sido únicos, mas as suas causas e consequências são as mais variadas possíveis.

Sendo assim, este projeto de iniciação ao Mestrado de História sustenta que existiram outras pessoas envolvidas nesse conflito que pouco, ou quase nada, falou-se a respeito. É o caso dos pracinhas alagoanos, gente advinda das classes econômicas mais baixas, de um estado altamente coronelista, que demorou muito para se firmar como parte efetiva da Federação, e que teve sua importância na Guerra diagnosticada tardiamente, quando da convocação de 148 homens advindos de seu território. Há, neste trabalho, assim, mais uma contribuição às análises já elaboradas, e as que virão a ser esculpidas, a despeito desse fenômeno de proporções globais.

A SEGUNDA GRANDE GUERRA.

Primeiramente, é de suma importância registrar neste trabalho que o seu escopo maior é tentar, de uma forma bastante compacta, descrever os principais acontecimentos que surgiram no decorrer da 2ª Grande Guerra, dando uma maior ênfase à contribuição

das Forças Armadas Brasileiras, junto com os aliados neste conflito e, mais especificamente, a participação de Alagoas no mesmo.

Não é objetivo deste artigo esmiuçar todos os acontecimentos ocorridos à época supra, dado o fato de tal feito ser humanamente impossível, além de não respeitar os mandamentos intrínsecos deste tipo de trabalho expositivo. Sendo assim, faz-se necessário para uma melhor compreensão do tema proposto, um breve comentário a respeito da 2ª Guerra Mundial, com, talvez, os pontos mais importantes referentes às causas, o seu desenvolvimento e, por fim, o seu enlace final.

Portanto, quando acabou a 1ª Guerra, a Europa estava envolvida em uma enorme crise – destruição material, perdas humanas e mutilações, obscuridade cultural, desemprego e inflação – sendo esta a conjuntura Européia após o dito conflito mundial. Da sociedade insatisfeita irrompiam greves e revoltas, mobilizações que contestavam a ordem liberal. O terreno parecia preparado para a revolução. Mas nele se desenvolveram, em vez disso, movimentos antidemocráticos e pró-ditatoriais, totalitários e semitotalitários. Foi o caso, por exemplo, da Itália, Alemanha, Portugal e Espanha, além do Brasil, com Vargas.

As atitudes da Espanha e de Portugal serão basicamente tomadas de acordo com as propostas nazi-fascistas da Alemanha e da Itália. A Espanha como o general Franco e Portugal com Salazar. Fica apenas registrado, neste projeto inicial, o argumento de René Rémond (1982, p. 102), ao afirmar que:

a tragédia espanhola foi um episódio capital da história política intelectual da Europa antes da Segunda Guerra Mundial. A Espanha é o terreno em que os blocos realizam grandes manobras. A Alemanha experienta seu material, exercita seus especialistas, e a Guerra da Espanha é um ensaio da Segunda Guerra Mundial.

Assim sendo, após 1918, a Itália se encontrava em uma situação crítica. O orgulho nacional sofrera humilhações nos campos de batalha; as pretensões expansionistas almejadas antes do conflito mundial não haviam se consolidado; o país estava mergulhado na retração econômica, com muitos milhares de desempregados e agitações sociais.

A perspectiva da estagnação econômica e o crescimento das forças operárias de esquerda fizeram com que o Partido Socialista crescesse muito em 1920. Foi principalmente o medo da revolução que levou os grandes representantes da Capital a descartar os partidos conservadores tradicionais e a apoiar política e financeiramente os grupos de extrema-direita.

Fundado em 1921, o Partido Nacional Fascista assumiu a missão de defensor da ordem, chefiado por Benito Mussolini.

Em 1922, os fascistas chegaram ao poder, apoiados pelos setores da pequena-burguesia temerosos do avanço da esquerda. No mesmo ano, os militares fascistas, chamados de “Camisas Negras”, realizaram uma passeata exigindo equilíbrio social que ficou conhecida como “Marcha Sobre Roma”. Pressionado pelos grupos que apoiavam o movimento, o rei Vitor Emanuel demitiu o primeiro-ministro e convidou Mussolini para organizar um novo governo.

As eleições de abril de 1924 deram maioria no Parlamento aos fascistas. A oposição, atordoada e dividida, extinguiu-se após violenta repressão do novo governo. Muitos deputados foram presos, exilados ou mortos.

Foi neste contexto que Mussolini instaurou um governo totalitário na Itália, onde o parlamento tinha se tornado um órgão sem poder; a imprensa, controlada de perto, transformou-se em porta-voz do governo; o trabalho foi disciplinado pelo conjunto de Leis da Carta del Lavoro, que influenciou a CLT brasileira, passando a sociedade a ser organizada em corporações de empregados e patrões, dando vida a um Estado corporativista. Além disso, a economia, colocada sob a direção do Estado, deu ênfase à indústria pesada e principalmente ao setor bélico.

No caso da Alemanha, no período entre-guerras, houve uma crise praticamente semelhante à da Itália, com a agravante de que os alemães derrotados no conflito, pagavam indenizações às potências vencedoras. A economia alemã se encontrava totalmente desestruturada. A sociedade dava sinais de desespero diante do crescimento das lutas de classes e das altas taxas de desemprego. Além disso, o orgulho nacional estava ferido tanto pela derrota militar como pelas cláusulas do Tratado de Versalhes que, de acordo com Ricardo Maranhão (1989, p. 66):

estabelecia condições servilmente pesadas para a Alemanha, tais como altas taxas de reparação de guerra, perda de parte de seu território que ficara dividido com a criação da Polônia, seu exército reduzido a um efetivo simbólico, desmilitarização da região da Remânia, devolução dos territórios carboníferos da Alsácia-Lorena à França etc.

Essa situação gerou duas propostas antagônicas, que se diziam capazes de solucionar a crise alemã. De um lado encontrava-se a esquerda, representada pelo Partido Social-Democrata e pelo Partido Comunista Alemão; de outro, a extrema direita representada principalmente pelo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, ou, Partido Nazista.

Tal como havia acontecido na Itália, o grande capital e a pequena burguesia, temerosos do avanço da esquerda, optaram pelo apoio aos nazistas liderados por Adolf Hitler.

No final da década de 1920, a recuperação da economia alemã foi violentamente interrompida pela “crise de 29”; no ano seguinte, as eleições para o Parlamento realizaram-se num clima de instabilidade econômica e social. O Partido Nazista ocupou uma grande parte do parlamento alemão.

Foi por causa desse avanço nazista no parlamento que o presidente Hindenburg atendeu às pressões das elites e dos setores médios, indicando Hitler para Primeiro-Ministro em 1933. Sendo esse, o primeiro passo para a instauração de um governo ditatorial.

Após Adolf Hitler assumir o poder, o prédio do Parlamento foi incendiado, e a culpa atribuída aos comunistas. A partir desse episódio, o nazismo adotou uma série de medidas responsáveis pela consolidação de um sistema totalitário. Dentre outras, houve o controle da imprensa, tornando-a porta-voz do governo; a prisão de indivíduos contrários à ideologia nacional-socialista, além das deportações e das execuções dessas pessoas; incentivos à indústria bélica e a corporação da indústria pesada como um todo, sem se esquecer da organização da sociedade pelo Estado.

Entre 1933 e 1939, o Estado alemão adotou uma política expansionista, militarista, racista e nacionalista exacerbada. Essas diretrizes acabaram arrastando os alemães à nova guerra mundial.

Já no caso do Brasil, no início do conflito procurou ficar neutro, mantendo uma posição de equilíbrio entre as grandes potências, segundo a política externa de Getúlio Vargas.

No entanto, com o ataque japonês a Pearl Harbor no final de 1941 e as pressões que vinha sofrendo por parte dos Aliados para que se definisse a seu favor, o governo brasileiro rompeu relações com o Eixo no começo de 1942. Em agosto desse ano, em vista do torpedeamento de cinco navios brasileiros por submarinos alemães o governo brasileiro decidiu declarar-se em Estado de Beligerância contra a Alemanha e a Itália.

Formou-se então, no dia 23 de novembro de 1943, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), com cerca de 25.334 homens, sob o comando do General João Baptista Mascarenhas de Moraes, que se incorporou ao V Exército americano na Itália. Apesar dessa participação ter sido avaliada como modesta, não é possível deixar de registrar as grandes dificuldades que nossos bravos soldados enfrentaram no decurso da guerra. Principalmente, quanto a ocupação das áreas de Monte Castelo e Montese, onde a FEB pôde contar com o apoio da FAB (Força Aérea Brasileira).

Não podendo se esquecer, também, da militância costeira dos bravos pescadores e demais civis que aqui se encontravam, tudo ministrado pela Marinha Brasileira.

De acordo com o texto de Leonel Itaussu Melo e Luís César e Costa (1998, p. 350-359), os números funestos da guerra mostram que:

A Segunda Guerra Mundial, teve um saldo de 45 milhões de mortos, 35 milhões de feridos e 3 milhões de desaparecidos. A URSS teve 20 milhões de mortos; a Polônia, 6 milhões; a Alemanha, 5,5 milhões; o Japão, 1,5 milhão; 5 milhões de judeus foram vítimas da solução final, plano nazista de genocídio sistemático da comunidade judaica dos territórios conquistados.

Dado o fato desse trabalho não ter por escopo relatar as várias manobras militares dos aliados contra o Eixo, utilizados no decorrer do conflito, pode-se dessa

forma, subentender que o interessante para o desenvolvimento e entendimento do tema proposto seria a exposição de dados mais específicos sobre Alagoas.

Dessa forma, portanto, fica patente a vitória dos aliados frente aos países eixistas, configurando um novo panorama internacional. Aonde, as velhas grandes potências irão dar lugar a dois grandes países, os Estados Unidos da América e a URSS. Inicia-se, assim, um novo período da história denominado de Guerra Fria.

ALAGOANOS NO CONFLITO GLOBAL.

a) Defesa Litorânea pelos Litorâneos

Em uma de suas obras, “Memórias de Um Soldado”, Nelson Werneck Sodré (1967, p. 142), relata maestralmente o ânimo dos praieiros à época da 2ª Grande Guerra:

... havia entusiasmo, uma vontade doida de vingar o atentado, o desejo de destruir submarinos: A prontidão foi cumprida com seriedade... Havia ânimo de combate por parte da população litorânea, vontade de encontrar objetivo que a desafogasse.

Acompanhando esta atmosfera, já com a Guerra declarada, a animosidade cresceu por conta de medidas de segurança e mobilização. Blecaute total, fechamento das portas e janelas e toque de recolher que transtornavam a vida dos alagoanos.

Os meios de comunicação, principalmente os jornais, incentivavam os pescadores a se engajarem na luta contra os eixistas. Foi o caso, por exemplo, do jornal baiano “O Diário da Bahia”, de julho de 1942, que publicou um artigo intitulado “Apostam contra a morte o pão de cada dia”, ressaltando o trabalho penoso dos pescadores e sua aptidão para viver perigosamente. Segundo o jornal, “com todos esses perigos não abandonaram o mar... Seguem os impulsos de sua natureza... não vacilam diante de nada”.

Começava ali, uma vigorosa política de inclusão e alinhamento das populações litorâneas. Ao ressaltar a coragem e o patriotismo, esse tipo de discurso deu uma nova

função ao pescador: a defesa do litoral. E assim ocorreu também em Alagoas, ou melhor, em toda a costa brasileira.

É preciso salientar que nem todos os pescadores eram aptos para o trabalho de guerra. Sendo que, por decisão do governo, os pescadores de todo o país tinham que participar de reuniões periódicas com oficiais da Marinha.

O trabalho da Marinha Brasileira, quanto à inserção das populações litorâneas, lacustres e fluviais nas atividades de defesa nacional, no período da 2ª Guerra, foi descrito pelo Coronel. José Maya Pedrosa (2004, p. 36), no seu livro “A Marinha para os Alagoanos”, onde assim se relata:

Envolvidas nossas populações litorâneas em tão graves episódios de guerra, coisa de que muitas pessoas infelizmente não têm consciência, estava a Marinha na obrigação de operar contando com a ampla e entusiástica colaboração dos pescadores e de suas famílias: marinheiros da pequena cabotagem costeira ou simples habitantes do litoral, na tarefa de vigiar e informar sobre os movimentos de embarcações estranhas e de pessoas desconhecidas na região.

Dado esses fatos, era preciso então, condicionar os moradores costeiros a atual realidade. Houve vários exercícios de segurança por parte dessa população, contra os possíveis ataques navais de submarinos ou navios inimigos.

Concatenando a tudo isso que foi exposto até agora, existe, também, um ponto de extrema magnitude quanto à adesão necessária dos litorâneos na segurança da costa brasileira, que diz respeito à precariedade do nosso patrulhamento, litorâneo, ou seja, pelo fato dos efetivos do Exército, àquela época serem modestos para a vigilância e defesa de toda esta costa, que compreende: a Enseada de Jaraguá, Barra Grande, Porto de Pedras, Cupê, Barra de Santo de Antonio, Porto do Francês, Barra de São Miguel, Jequiá e Barra do Rio São Francisco.

Não foram esquecidos na tradição oral, desta costa, os encontros fortuitos de barcaças com submarinos alemães ao largo de Alagoas, ficando na memória daquela gente do mar a obrigação dos mestres se apresentarem na Capitania dos Portos, antes e depois das viagens, para receberem instruções ou narrarem observações ao longo da costa.

b) Alagoas e a FAB

No livro “A História do 1º Grupo de Caça”, do Major John W. Buyers, existe uma considerável documentação a respeito da 1ª DIE, além de inúmeros relatos pessoais de vários ex-pilotos que lutaram na 2ª Guerra. O livro é muito interessante e escrito com muita paixão por alguém que realmente esteve envolvido diretamente no conflito, como foi o caso do Major Buyers, que em entrevista dada a mim, na sua residência em Utinga, disse-me que “se sentia feliz por ter agido com urbanidade e solidariedade para com os seus companheiros mesmo ao término da guerra”, e que uma das provas disso era o fato de “ter se lembrado deles na sua obra”.

Infelizmente, só foi possível relatar apenas poucos alagoanos, pois a documentação referente à participação de Alagoas junto a FAB foi bastante difícil, sendo possível apenas constatar esse número de combatentes, não se podendo dizer com isso que só houve três alagoanos na composição da FAB. Tal afirmação não seria verdadeira, dado o fato de possivelmente existirem outras documentações que comprovem um número maior de alagoanos.

c) A FEB Alagoana: os pracinhas de Alagoas.

Por derradeiro, mas não menos importante, teve-se a contribuição de Alagoas, em praças, para a organização da FEB. De acordo com registro do General Mascarenhas de Moraes (2005, p.313), demonstra que Alagoas forneceu à FEB 148 combatentes, dos mais de 23.000 que foram para a Guerra em solo Europeu¹.

É de se observar, todavia, de acordo com o esboço acima, que apesar do número de combatentes alagoanos ser pequeno em comparação aos demais Estados,

¹ Amazonas: 91 combatentes; Pará 281 combatentes; Maranhão: 134 combatentes; Piauí : 87 combatentes; Ceará: 377; Rio Grande do Norte: 341; Paraíba do Norte: 349; Pernambuco: 651; Alagoas: 148; Sergipe: 192; Bahia: 686; Espírito Santo: 345; Estado do Rio: 1.942; Distrito Federal: 6.094; São Paulo: 3.889; Paraná: 1.542; Rio Santa Catarina: 956; Rio Grande do Sul: 1.880; Minas Gerais: 2.947; Goiás: 111; Mato Grosso: 679.

Alagoas tinha no período uma das menores populações do país. Tendo, por isso, que se levar em conta não só a disparidade do número de convocados dos Estados populosos, como era o caso de São Paulo, Estado do Rio ou do Rio Grande do Sul. Mas, a sua superioridade em relação ao Piauí ou ao Amazonas, que eram, de certa forma, iguais proporcionalmente, quanto à questão populacional.

Sem se esquecer, da relevância do contingente qualitativo em detrimento do quantitativo, que é de certa forma a verdadeira base para qualquer exército em formação e cheio de dificuldades como era o nosso.

Os 148 alagoanos que participaram ativamente do conflito em solo europeu, mais precisamente na Itália, advieram, como a maioria dos outros praças, do interior. Esse fato demonstra a diferença do nosso exército em comparação aos demais, pois, era composto essencialmente por uma massa rural e negra. Não houve, assim como aos demais combatentes brasileiros, uma preparação militar mais intensificada, mais dinâmica, tanto teórica quanto prática aos febianos alagoanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANCO, M. T. Castello. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

BRASIL, Naufrágios ocorridos no litoral do. Disponível em: <<http://www.naufragiosdobrasil.com.br>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

BRASILEIRA, Força Aérea. Disponível em: <<http://www.sentandoapua.com.br>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2012.

BUYERS, John W. **A História do 1º Grupo de Caça, 1943-1945**. Maceió: Editora do Autor, 2001.

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Dias de Guerra no Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1971.

MELO, L. Itaussu. e COSTA, L. César. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Scipione, 1998.

MORAES, J. B. Mascarenhas. **A FEB Pelo Seu Comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

PEDROSA, J. F. Maya. **A Marinha Para os Alagoanos**. Maceió: Nomeriano, 2004.

PEDROSA, J. F. Maya. **O Enigma dos Submarinos**. Maceió: Catavento, 2001.

REMOND, René. **O Século XX: De 1914 aos Nossos Dias**. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de Um Soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

APOSTAM contra a morte o pão de cada dia. O Diário da Bahia, Salvador, jul. 1942. Capa, p. 01.